

The Relation between Politics and Economics in the Currents of International Political Economy.

Teixeira Gonçalves Felipe.

Cita:

Teixeira Gonçalves Felipe (2010). *The Relation between Politics and Economics in the Currents of International Political Economy*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/802>

Trabajo preparado para su presentación en el V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).
Buenos Aires, 28 a 30 de julio de 2010
Teoría de las Relaciones Internacionales

A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E ECONOMIA NAS CORRENTES DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Felipe Teixeira Gonçalves

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Núcleo de Estudos Internacionais

Doutorado em Economia Política Internacional

E-Mail: felipetg@ymail.com

RESUMO

A Economia Política Internacional (EPI), enquanto área de estudos, surgiu dentro do campo das relações internacionais, em meados da década de 70, e pode ser definido como a tentativa de análise da inter-relação entre a dimensão política e a dimensão econômica dos fenômenos internacionais. Este artigo pretende analisar como cada uma das principais correntes teóricas da EPI procura combinar essas duas dimensões.

Em primeiro lugar, analisaremos a Teoria da Estabilidade Hegemônica, de cunho realista, e a Teoria dos Regimes, de cunho liberal. Em seguida, analisamos as teorias neomarxistas e a corrente neogramsciana. Argumentamos que essas correntes procuram analisar essa inter-relação combinando uma teoria econômica geral – seja ela neoclássica ou marxista – com alguma teoria de Relações Internacionais. Por fim, analisaremos algumas contribuições de Susan Strange, para chegarmos à conclusão de que a forma como é feita essa combinação não permite uma articulação orgânica entre as duas dimensões.

Palavras-Chave: Economia Política Internacional, Relações Internacionais.

ABSTRACT

International Political Economy (IPE), as a study field, was created inside the field of International Relations, in the Seventies, and can be defined as the attempt to analyze the interrelationship between the political and the economic dimensions of international phenomena. This article intends to analyze how each one of the main theoretical currents of IPE tries to combine these two dimensions.

At first, we will analyze the realist Hegemonic Stability Theory, and the liberal Regime Theory. Next, we will analyze the neomarxist theories and the neogramscian current. We argue that these currents try to analyze this interrelationship combining a general economic theory – be it neoclassical or marxist – with some theory of International Relations. At last, we will analyze some contributions made by Susan Strange, to reach the conclusion that the way in which this combination is made does not allow an organic articulation between the two dimensions.

Key Words: International Political Economy, International Relations

1. Introdução

A Economia Política Internacional (EPI) enquanto área de estudos surgiu no mundo anglo-saxão, dentro do campo das Relações Internacionais, em meados da década de 70, como uma tentativa de aproximar o estudo dos processos econômicos e políticos no âmbito internacional. Podemos considerar o artigo, de 1970, de Susan Strange “*International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect*”, juntamente com o livro, também de 1970, de Charles Kindleberger *Power and Money*, como os pontos de partida para todo um programa de pesquisa que veio a se consolidar na área conhecida como EPI. Kindleberger (1970, p. v) diz que seu livro “*is intended to fill a gap between international economics and international politics*”. E Strange (1970, p. 310) expressa a necessidade de se construir uma teoria política de análise e explicação que dê conta das mudanças nas relações econômicas internacionais. Esse seria o campo da EPI.

Já Robert Gilpin (2002, p. 26) apresenta uma definição um pouco mais completa sobre o que seria a EPI:

Elas [as questões da Economia Política Internacional] investigam de que forma o Estado e seus processos políticos conexos afetam a produção e a distribuição da riqueza [...]. Inversamente, essas questões indagam também qual o efeito dos mercados e das forças econômicas sobre a distribuição do poder e do bem-estar entre os Estados e outros atores políticos, e especialmente como essas forças alteram a distribuição internacional do poder político e militar.

Por sua vez, Cohen (2008, p. 16), em seu livro sobre a história intelectual da criação da EPI, resume o seu significado da seguinte forma: “*IPE* [sigla em inglês para Economia Política Internacional] *at its most fundamental, in short, is about the complex interrelationship of economic and political activity at the level of international affairs*”.

Podemos identificar, portanto, dois aspectos principais que caracterizam a EPI. O primeiro seria a inter-relação entre política e economia. O segundo seria o caráter internacional, ou seja, a análise de fenômenos que ocorrem em um sistema composto por diversas unidades nacionais.

No entanto, a EPI não surgiu de um desenvolvimento puramente teórico. Este campo surgiu como uma resposta aos fatos, em particular como uma tentativa teórica de explicar a crise da década de 1970. Além disso, as principais correntes teóricas desenvolvidas dentro da Economia Política Internacional desde seu surgimento compartilhavam um certo consenso acerca desse fenômeno, que se constituiu como o processo objetivo responsável pelo

surgimento desse novo campo do conhecimento. Independente de suas diferentes visões, todas partiam do diagnóstico de que a dominância econômica e política dos Estados Unidos no mundo estava em processo de declínio.

Apresentaremos, portanto, como cada uma das principais correntes da Economia Política Internacional explica a crise dos anos 70 e a queda da hegemonia norteamericana. A partir disso, discutiremos como cada corrente procura combinar as dimensões da política e da economia nas suas formulações teóricas.

Começaremos pelas correntes mainstream: a realista, com sua teoria da estabilidade hegemônica, e a liberal, com a teoria dos regimes. Depois analisaremos as correntes mais críticas, como as neomarxistas, de Wallerstein e Arrighi, e as neogramscianas.

Por fim, analisaremos algumas contribuições de Susan Strange ao debate sobre a hegemonia norteamericana e à construção teórica da Economia Política Internacional. A partir dessas contribuições, procuraremos mostrar como todas essas principais correntes procurar apenas juntar uma teoria econômica geral, seja ela de matriz neoclássica ou marxista, com uma teoria de relações internacionais. Sendo assim, elas não são capazes de desenvolver uma teoria que combine de forma orgânica as dimensões políticas e econômicas dos fenômenos internacionais.

2. A Teoria da Estabilidade Hegemônica

Para entender o significado da crise da década de 1970, o economista Charles Kindleberger (1973) realizou um estudo clássico sobre a Grande Depressão dos anos 30. A conclusão de seu estudo foi que a causa principal para a ocorrência e profundidade da crise foi o fato da Grã-Bretanha não conseguir mais assumir a responsabilidade de estabilizar a economia mundial e dos Estados Unidos não se disporem a assumir o seu lugar. Isso porque ele parte do pressuposto de que o sistema econômico mundial é inerentemente instável e assimétrico. Daí sua famosa formulação, que influenciaria toda construção futura do campo da economia política internacional: “*for the world economy to be stabilized, there has to be a stabilizer, one stabilizer*” (KINDLEBERGER, 1973, p. 305).

Robert Gilpin incorporou essa ideia de Kindleberger à teoria realista das relações internacionais, dando origem à abordagem realista da economia política internacional, que mais tarde foi nomeada pelos seus críticos liberais de teoria da estabilidade hegemônica (COHEN, 2008, p. 72-75). O diagnóstico realista acerca da crise dos anos 70 enfatiza elementos estruturais de mudanças políticas, econômicas e tecnológicas, apesar de reconhecer

que fatores conjunturais, como políticas inadequadas adotadas pelo governo, também contribuíram para a crise.

O primeiro elemento é o declínio do poder relativo dos EUA. De acordo com Gilpin (2002, p. 376), “o início do fim foi a adoção de políticas excessivamente keynesianas e a escalada da Guerra do Vietnã, nos anos 1960”. Esses dois fatores teriam feito com que os Estados Unidos perdessem o controle do sistema monetário mundial, com o rompimento de Bretton Woods (GILPIN, 2002, p. 377). Os Estados Unidos teriam passado cada vez mais a fazer uma política que privilegiava o interesse nacional, em detrimento dos interesses do sistema econômico internacional (GILPIN, 2002, p. 377). O aumento dos gastos com os compromissos internacionais assumidos pelo fato de ser a maior potência do mundo pós-guerra e com a Guerra do Vietnã levou à emissão de mais dólares, o que gerou inflação e destruiu o sistema de Bretton Woods, minando a confiança no dólar. Outro fator apontado é a queda da produtividade da indústria norte-americana em relação às outras potências, em especial ao Japão e à Alemanha (GILPIN, 2002, p. 376).

O segundo elemento é a mudança nas condições de oferta. O encarecimento do petróleo, devido aos choques do petróleo; a grande oferta de mão de obra; o fechamento da fronteira tecnológica; e a redução do hiato tecnológico entre os EUA e os outros países impulsionaram o protecionismo e reduziram a produtividade e o crescimento econômico (GILPIN, 2002, p. 386). O terceiro, são as limitações do gerenciamento da demanda. Os regimes internacionais, financeiro e comercial, permitiam a harmonia entre a autonomia econômica interna e as normas liberais da ordem econômica internacional. Com a crescente interdependência econômica, as políticas keynesiana e de bem-estar social se tornaram cada vez mais ineficientes, gerando uma grande pressão inflacionária (GILPIN, 2002, p. 387-388). Enquanto os EUA não se preocupavam com seus déficits comerciais e de pagamentos, não havia problema. Quando eles passaram de credores para devedores, mudaram sua política e as funções estabilizadoras deixaram de ser exercidas, agravando os problemas citados acima (GILPIN, 2002, p. 391-392).

Vemos, portanto, que a ideia central da teoria da estabilidade hegemônica é bem simples. O pressuposto desta teoria é que o sistema econômico mundial é inerentemente instável e assimétrico. Para estabilizá-lo é necessária uma potência estabilizadora. Apenas uma cooperação entre Estados não seria capaz de estabilizar o sistema, é necessária uma única potência com capacidade de liderança.

Para poder estabilizar o sistema, a potência hegemônica deve assumir a responsabilidade de três funções principais: a manutenção de um mercado aberto de bens, o

fornecimento de empréstimos anticíclicos de longo prazo e o fornecimento de mecanismos de desconto para os países com problemas nas crises. Portanto, o estabilizador deve assumir uma responsabilidade de interesse público, que não necessariamente contrasta com seu interesse particular, mas que faz com que ele não possa pensar exclusivamente neste.

Na explicação dada por esta corrente à crise da hegemonia norteamericana, fica clara a influência da teoria econômica neoclássica. A maior evidência disso é o monetarismo presente na explicação do fim do padrão de Bretton Woods, considerado como o resultado de uma grande emissão de moeda, o que teria causado inflação e a perda da confiança no dólar. As ideias de pressão inflacionária advinda das políticas keynesianas e de redução da produtividade decorrente de medidas protecionistas também reforçam o caráter neoclássico de seus argumentos.

É a combinação dessa base econômica neoclássica com a teoria realista das relações internacionais que dá origem à ideia da necessidade de uma potência hegemônica para estabilizar o sistema internacional. Podemos dizer, portanto, que a teoria da estabilidade hegemônica procura incorporar a dimensão política do debate realista sobre o papel da potência hegemônica nos sistema internacional à análise do sistema econômico internacional, feita em bases neoclássicas. Seria uma forma de usar a política para explicar melhor a economia mundial.

3. A Teoria dos Regimes

Para responder a essa visão realista, Robert Keohane e Joseph Nye retomaram uma abordagem liberal, usando o conceito de interdependência complexa. Esse conceito flexibiliza a ideia realista de que os Estados são atores unitários e de que são os únicos atores relevantes nas relações internacionais, ressaltando relações transgovernamentais e transnacionais, além das interestatais, o que problematiza a distinção entre política internacional e política interna e torna o papel das organizações internacionais mais importante. Além disso, as questões de segurança e o emprego da força militar se tornaram menos importantes, rompendo a hierarquia realista entre os temas da política externa (KEOHANE; NYE, 1977, p. 41).

A partir dessa base teórica, surge a abordagem liberal da economia política internacional, identificada pela teoria dos regimes internacionais. Os regimes são definidos como modelos de comportamento cooperativo regularizados na política mundial (KEOHANE, 1993, p. 111-112). Os liberais criticam a teoria da estabilidade hegemônica por ela tratar apenas do “lado da oferta” dos regimes, partindo da ideia de que a concentração de

poder leva ao fortalecimento dos regimes por eles serem criados como bens públicos fornecidos pela potência hegemônica. A visão liberal, por sua vez, enfatiza o “lado da demanda”, apesar de não negar o da oferta, defendendo que os regimes facilitam acordos ao prover regras, normas, princípios e procedimentos que ajudam a superar problemas de “*market failure*”, além de resolverem problemas de custos de transação e de informação imperfeita (KEOHANE, 1982, p. 150-153).

O principal estudo de Keohane (1984, p. 182-183) procura mostrar como os principais regimes internacionais criados no pós-guerra – o monetário, o regime comercial e o do petróleo – realmente foram criados por interessarem à potência hegemônica, em concordância com a teoria da estabilidade hegemônica, mas no momento em que a hegemonia norte-americana entrou em colapso, a cooperação internacional não deixou de acontecer. Sua principal conclusão, portanto, é que não há relação causal entre mudanças na distribuição de poder no sistema internacional e mudanças nos regimes (KEOHANE, 1984, p. 202).

O importante é perceber como toda essa discussão parte do pressuposto de que realmente a hegemonia dos Estados Unidos tinha entrado em colapso na década de 1970. Como diz Keohane (1984, p. 216):

“This account of recent developments in the world political economy also illustrates the significance of the legacy of international institutions left to a post-hegemonic world by the era of American dominance.”

A abordagem liberal, portanto, está mais voltada para a discussão de relações internacionais. A contribuição da teoria econômica se dá na própria forma de formular a teoria. E a influência da teoria neoclássica é evidente nessa formulação, com as ideias de lado da oferta e lado da demanda e a ênfase em problemas de *market failure*, custos de transação e informação imperfeita. Eles desenvolvem uma teoria institucionalista das relações internacionais feita a partir de conceitos de teoria econômica neoclássica.

Nesse sentido, poderíamos dizer que é uma construção inversa à da teoria da estabilidade hegemônica, pois usa a economia para fazer uma teoria da política internacional. Contudo, ambas compartilham a forte influência da teoria neoclássica em suas formulações.

4. A Teoria do Sistema-Mundo e a Teoria dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação

Paralelamente a esse debate no *mainstream*, também surgiram correntes mais críticas, influenciadas pelo marxismo e pelas ideias de Fernand Braudel. Apesar de adotarem ideias de

Braudel que se distanciam da teoria de Marx, essa corrente da economia política internacional pode ser considerada neomarxista. Dois autores se destacam nesta corrente, apesar de suas teorias não serem idênticas.

Immanuel Wallerstein trabalha a partir do conceito de sistema-mundo. Um sistema-mundo é uma área geográfica particular governada pela lógica de um determinado sistema, que possui uma divisão do trabalho auto-suficiente, de maneira que todos os setores da sociedade estão inseridos nela (WALLERSTEIN, 2005, p. 16-17). Um sistema-mundo é definido, portanto, por uma unidade com uma única divisão do trabalho e uma multiplicidade de sistemas culturais. Há dois tipos de sistemas-mundo: o império-mundo, marcado por uma unidade política, e a economia-mundo, na qual o poder político está fragmentado. Para Wallerstein (1974), desde o século XVI tem existido somente um sistema-mundo, o sistema-mundo moderno, marcado por uma economia-mundo capitalista.

Já Giovanni Arrighi, também muito influenciado por Braudel, parte dos conceitos de ciclo sistêmico de acumulação e de ciclo hegemônico, que coincidem no tempo. Na História do capitalismo ele identifica quatro ciclos sistêmicos de acumulação. O genovês, do século XV ao início do XVII; o holandês, do fim do século XVI até meados do XVIII; o britânico, de meados do século XVIII ao início do XX; e, por fim, o americano, do fim do século XIX em diante (ARRIGHI, 1994, p. 6). O longo século XX corresponde ao ciclo americano. Todos os ciclos são marcados por uma primeira fase, na qual há uma perspectiva de lucro comercial e industrial, culminando em uma ampliação da produção e do comércio. Quando começa a retração dessa perspectiva, passa-se à fase financeira, que indicaria o momento do declínio do ciclo (ARRIGHI, 1994, p. 6). Neste momento já há uma nova potência se formando com capacidade de sustentar o novo ciclo e suplantando a potência anterior após a crise.

Porém, apesar da perspectiva radicalmente diferente em relação às correntes dominantes, a corrente neomarxista compartilha o mesmo diagnóstico. De acordo com Arrighi (1994, p. 310):

“A crise iminente do regime norte-americano foi assinalada entre 1968 e 1973, em três esferas distintas e estreitamente relacionadas. Militarmente, o exército norte-americano entrou em dificuldades cada vez mais sérias no Vietnã; financeiramente, o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos verificou ser difícil e, depois, impossível preservar o modo de emitir e regular o dinheiro mundial estabelecido em Bretton Woods; e, ideologicamente, a cruzada anticomunista do governo norte-americano começou a perder legitimidade no país e no exterior.”

Por sua vez, Wallerstein (2003, p. 74) compartilha desse diagnóstico e o radicaliza,

defendendo que o declínio da hegemonia norte-americana coincide com o declínio do próprio sistema-mundo moderno e do capitalismo.

Podemos constatar, assim, que esta corrente é a que mais se esforça por combinar as dimensões políticas e econômicas do sistema internacional de uma forma orgânica, procurando estabelecer as relações entre o modo de produção capitalista e o sistema interestatal surgido na Europa. No entanto, é interessante notar a semelhança desta corrente com a teoria da estabilidade hegemônica. Poderíamos dizer que eles procuram combinar uma base marxista com a discussão realista do papel estabilizador da potência hegemônica. O curioso é que, ao fazê-lo, aparecem também algumas ideias de influência neoclássica, em especial no que diz respeito à mudança do sistema monetário internacional com o fim de Bretton Woods.

5. A Corrente Neogramsciana

Seguindo uma linha parecida a essa, se desenvolveu outra teoria crítica, dentro do campo das relações internacionais. O resultado deu origem à corrente neogramsciana da economia política internacional. Robert Cox se consagrou como um dos principais teóricos da economia política internacional, utilizando diversas ideias de Antonio Gramsci e aplicando-as às relações internacionais.

Ele utiliza um conceito de Estado como um complexo que inclui os elementos de governo e as estruturas políticas da sociedade civil (COX, 1983, p. 164). Assim, suas análises das mudanças nas relações de poder internacionais enfatizam como elas são reflexos de mudanças fundamentais nas relações sociais (COX, 1983, p. 169). Cox também retoma o conceito de hegemonia de Gramsci, como uma estrutura de dominação na qual prevalece o consentimento sobre a coerção, apesar da presença constante desta última (COX, 1983, p. 164). No plano internacional, a potência hegemônica seria responsável por construir uma ordem mundial universal, com o consentimento de boa parte dos outros Estados (COX, 1983, p. 171). Esta ordem hegemônica estaria baseada em modo de produção global que conecta as classes sociais dos diversos Estados (COX, 1983, p. 171-172). Os principais mecanismos da hegemonia mundial seriam as organizações internacionais (COX, 1983, p. 172-173).

Apesar de ser mais cauteloso em seu diagnóstico, os cenários que Cox (1986) desenha para o futuro da ordem mundial em seu mais conhecido artigo indicam uma aceitação da ideia de declínio da hegemonia norte-americana, pois partem da ideia de que a “*pax americana*” teria chegado ao fim. Sendo assim, as possíveis configurações futuras apontadas por ele são:

uma nova hegemonia por uma coalizão dominada pelos Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, com a ajuda dos países da OCDE, de países em desenvolvimento e de líderes da OPEC; uma estrutura mundial não-hegemônica com centros de poder conflitantes; ou a construção de uma contra-hegemonia baseada em uma coalizão de países do terceiro mundo (COX, 1986, p. 237-239). Todos esses cenários indicam um momento posterior à hegemonia norte-americana.

Os neogramscianos, portanto, procuram combinar a teoria política de Gramsci com a análise do modo de produção capitalista de Marx, aplicando-os ao sistema internacional. Assim como a corrente dos neomarxistas, eles também se esforçam por fazer essa combinação de forma orgânica. Podemos dizer que eles também possuem o problema de serem influenciados pelo debate da teoria da estabilidade hegemônica, na medida em que a questão da hegemonia é central em sua discussão e por compartilharem o diagnóstico sobre o declínio da hegemonia norte-americana. É uma corrente muito próxima da dos neomarxistas, porém sem procurarem o desenvolvimento de uma formulação teórica completa. Eles procuram mais fornecer algumas contribuições ao debate, a partir da teoria de Gramsci, do que realmente desenvolver uma teoria da Economia Política Internacional.

6. A Contribuição de Susan Strange

No debate internacional, foi Susan Strange (1983) quem levantou a única voz dissonante, já em seu artigo de 1983, questionando a ideia de perda de hegemonia por parte dos Estados Unidos. Em sua principal obra, na qual apresenta de forma mais completa sua perspectiva da economia política internacional, ela faz uma diferença conceitual entre poder relacional e poder estrutural (STRANGE, 1994, p. 24-25). O primeiro seria o poder de um ator conseguir que um outro ator faça algo que ele não faria. O segundo seria o poder de estruturar e determinar as estruturas da economia política global, dentro das quais operam todos os atores internacionais. Strange (1994, p. 26) sustenta que há quatro fontes de poder estrutural, sendo que nenhuma delas é sempre, ou necessariamente, mais importante que as outras; cada uma é complementada e sustentada pelas outras. As quatro fontes são: controle sobre a segurança, controle sobre a produção, controle sobre o crédito – as finanças – e controle sobre o conhecimento.

A partir desta ideia, ela é capaz de afirmar que os Estados Unidos, assim como as corporações dependentes dele, não perderam poder estrutural dentro e sobre o sistema internacional (STRANGE, 1994, p. 28). Pelo contrário, seu poder aumentou. No seu principal

artigo, em que debate com o argumento do declínio da hegemonia norte-americana, ela argumenta que sempre houve uma disputa na política externa norte-americana entre o internacionalismo liberal e a busca realista pelo interesse nacional, o unilateralismo. Em um cenário de depressão mundial, a segunda visão tende a prevalecer. Ela explica, portanto, a instabilidade econômica e as crises contínuas, a partir dos anos 70, pelo uso do poder estrutural hegemônico de forma destrutiva para a ordem e a cooperação internacionais (STRANGE, 1987, p. 553-554).

Apesar de também cumprir um papel mais provocador e, portanto, não pretender formular uma teoria completa, suas contribuições são extremamente relevantes para a Economia Política Internacional enquanto um campo teórico. Seu questionamento do declínio da hegemonia norte-americana e sua ênfase nas dimensões do poder estrutural são ideias que nos permitem perceber as falhas fundamentais das diversas correntes aqui discutidas.

7. Conclusão

Seguindo as trilhas de Susan Strange, podemos, enfim, avaliar a tentativa de combinação das dimensões políticas e econômicas dos fenômenos internacionais feitas pelas principais correntes da Economia Política Internacional.

Percebemos que os principais autores da Economia Política Internacional – como Gilpin, Keohane, Nye e Krasner –, ao realizarem suas construções teóricas, acabam fazendo uma tentativa de juntar uma análise econômica abstrata, em geral de natureza neoclássica, com uma perspectiva de política internacional baseada em concepções neorrealistas ou institucionalistas a respeito dos Estados e do sistema internacional.

O problema é que, ao fazerem apenas essa junção de uma teoria econômica geral com uma teoria de política internacional, as relações orgânicas entre a produção e distribuição da riqueza e a competição interestatal deixam de ser devidamente consideradas. Em particular, as análises de relações econômicas atemporais deixam de levar em conta de forma satisfatória um sistema econômico internacional formado por economias nacionais, que estão envolvidas em uma disputa de poder.

Por outro lado, as abordagens críticas, como a de Arrighi, Wallerstein e Cox, também procuram combinar uma ideia importada da Economia Política Internacional realista – a ênfase na hegemonia e em seu papel estabilizador – com uma teoria da acumulação e da crise de influência marxista, apesar de também serem influenciados pelas ideias de Braudel.

Constatamos, portanto, novamente, uma tentativa de junção de uma teoria econômica

mais abstrata, agora de influência marxista, com uma teoria de política internacional realista. O interessante é constatar o distanciamento dessa corrente neomarxista das teorias do imperialismo do início do século XX. A ênfase no imperialismo foi, de certa forma, substituída pelo foco na questão da hegemonia. O problema, de novo, é que a análise das relações econômicas está descolada da competição entre as unidades econômicas nacionais.

Consideramos que a presença desse problema em correntes tão diversas se deve, principalmente, à extrema popularidade de ideias próximas ao que veio a ser conhecido como o “Dilema de Triffin”. Triffin argumentava que os Estados Unidos precisavam manter déficits no balanço de pagamentos para manter o comércio internacional. Porém, se os déficits crescessem demais, a sua conversibilidade em ouro começaria a ser posta em cheque e os outros países poderiam querer converter seus dólares em ouro. Isso diminuiria o estoque de ouro do Tesouro norteamericano e contribuiria para minar a confiança na capacidade dos EUA de garantir a conversibilidade, o que resultaria em uma crise monetária internacional (MOFFIT, 1984, p. 28-29).

Franklin Serrano (2002), no artigo no qual expõe seu conceito de padrão dólar flexível, faz uma crítica ao monetarismo presente nessa idéia de Triffin, partindo de uma perspectiva sraffiana. Ele demonstra como:

“o país que emite a moeda chave num padrão referido ao ouro de fato pode fechar o saldo de sua balança de pagamentos em sua própria moeda nacional. Isto permite que este país tenha déficits globais da balança de pagamentos de praticamente qualquer tamanho.” (SERRANO, 2002)

Isso desde que esse país não deixe ocorrer déficits crônicos na conta corrente e desde que o preço oficial do ouro na moeda dele seja fixo, ou seja, que ele não desvalorize sua moeda (SERRANO, 2002). Este ponto de vista indicaria uma alternativa às visões neoclássicas a respeito da economia internacional, que aparecem até nas análises dos autores mais críticos.

Retomando a definição do campo da Economia Política Internacional como a tentativa de análise da inter-relação entre os fenômenos políticos e econômicos que ocorrem no sistema internacional, constatamos que, para realizar essa tarefa, não basta apenas combinar os campos da Economia e das Relações Internacionais, como o fazem a maioria dos autores que procuram tratar desse sistema no âmbito da EPI.

Essa proposta não é suficiente, em primeiro lugar, porque as teorias de Relações Internacionais, particularmente pela dominância da tradição norteamericana nesta ciência, são

muito marcadas por concepções convencionais da Ciência Política, de caráter institucionalista e, frequentemente, ahistórico. Além disso, as teorias de Relações Internacionais possuem uma imensa dificuldade de integrar a análise dos fenômenos econômicos, acabando sempre por tomar emprestados conceitos da teoria econômica neoclássica, sem muitos questionamentos a respeito de sua validade para o objeto que está sendo analisado.

Em segundo lugar, o próprio surgimento da teoria neoclássica, quando a Economia Política se torna *Economics*, é marcado pela tentativa de excluir qualquer elemento político da teoria econômica. A utilização da Economia Política clássica, como feito pela tradição marxista, ameniza o problema, mas não o resolve, pois ela ainda é uma ciência econômica. Sem dúvida, ela possui elementos políticos em sua teoria, porém seu objeto de estudo é a produção e a distribuição da riqueza, ou do excedente econômico.

A tentativa de resolver esse problema seria um esforço duplo. Por um lado, envolveria a busca por uma integração realmente orgânica entre as perspectivas política e econômica na construção da análise, sem cair na determinação econômica em última instância. Por outro lado, implicaria reconhecer e ter mais presente que o caráter internacional do objeto significa, não apenas que se tratam de fenômenos que transcendem as fronteiras nacionais, mas principalmente, que se trata de um sistema composto por Estados e economias nacionais. E também apreciar a real importância das consequências dessa constatação. Por isso “internacional”, e não “global”, ou “mundial”. Este esforço ainda está por se fazer e determinará o futuro da Economia Política Internacional enquanto uma teoria que dê conta do funcionamento desse sistema interestatal capitalista (FIORI, 2007), no qual vivemos.

8. Referências

ARRIGHI, G. (1994). *O Longo Século XX*. Contraponto, Rio de Janeiro.

COHEN, Benjamin J. (2008). *International Political Economy: An intellectual history*. Princeton, Princeton University Press.

COX, Robert (1983). “Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method”. *Millennium - Journal of International Studies*. Vol. 12, No. 2, 162-175.

COX, Robert (1986). “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”. In: KEOHANE, Robert (Ed.). *Neorealism and Its Critics*. New York, Columbia University Press.

FIORI, J. L. (2007). *O Poder Global*. São Paulo, Boitempo Editorial.

- GILPIN, R. (2002). *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: UNB.
- KEOHANE, R. (1982) “The Demand for International Regimes”. In KRASNER, S. *International Regimes*. Ithaca and London, Cornell University Press.
- KEOHANE, Robert (1984). *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press.
- KEOHANE, Robert (1993). *Instituciones Internacionales y Poder Estatal: ensayos sobre teoría de las relaciones internacionales*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.
- KEOHANE, R. & NYE, J. (1977). *Poder e Interdependência: la política mundial em transición*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano.
- KINDLEBERGER, Charles (1970). *Power and Money: the economics of international politics and the politics of international economics*. New York: Basic Books.
- KINDLEBERGER, Charles (1973). *The World in Depression 1929-1939*. Berkeley: University of California Press.
- KINDLEBERGER, Charles (1981). “Dominance and Leadership in International Economy: exploitation, public goods and free riders”. *International Studies Quarterly*, v. 25, n. 2., p. 242-254, jun.
- MOFFIT, Michael (1984). *O Dinheiro do Mundo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SERRANO, F. (2002). “Do ouro imóvel ao dólar flexível”. *Economia e Sociedade*. v.11, n.2 (19), Campinas.
- STRANGE, Susan (1970). “International Economics and International Relations: a case of mutual neglect”. *International Affairs*, v. 46, n. 2, p. 304-315, apr.
- STRANGE, Susan (1983). *Cave! Hic Dragones: a critique of regime analysis*. In: KRASNER, Stephen (ed.). *International Regimes*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- STRANGE, Susan (1987). “The Persistent Myth of Lost Hegemony”. *International Organization*, v. 41, n. 4, p. 551-574, autumn.
- STRANGE, Susan (1994). *States and Markets*. 2. ed. London: Pinter.
- WALLERSTEIN, I. (1974). *The Modern World-system: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press.
- WALLERSTEIN, I. (2003). *O Declínio do Poder Americano*. Contraponto, Rio de Janeiro, 2004.
- WALLERSTEIN, I. (2005). *World System Analysis: An Introduction*. London, Duke University Press.